

Marcus Abraham

Reflexões Sobre Finanças Públicas e Direito Financeiro

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

A159r Abraham, Marcus.
Reflexões sobre finanças públicas e direito financeiro/ Marcus Abraham –
Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
256 p.

ISBN 978-85-442-3032-9.

1. Receita Pública. 2. Direito Financeiro. 3. Finanças Públicas. I. Abraham,
Marcus. II. Título.

1157331

CDD 341.381

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

O Renascimento do Direito Financeiro.....	13
Para entender as pedaladas fiscais.....	19
Projeto de orçamento em pauta.....	25
Uma radiografia da lei orçamentária	31
O perfil jurídico das metas e do equilíbrio fiscal.....	37
Democracia participativa na elaboração do orçamento público.....	43
Metas fiscais, pedaladas e pedido de impeachment – a retrospectiva de 2015.....	47
Onze princípios orçamentários para uma gestão responsável	53
Prós e contras da Desvinculação das Receitas da União.....	59
Desonerações tributárias valem a pena?	63
Avanços e retrocessos nos 16 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal	69
Do tributo ao crédito público – uma nova realidade fiscal.....	73
Estado de calamidade financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	77
Limite prudencial nas despesas públicas de pessoal.....	81
O teto dos gastos públicos.....	85
Os Tribunais de Contas e o poder cautelar de indisponibilidade de bens	89
A simbiótica relação entre o Direito Financeiro e o Tributário nos 50 anos do Código Tributário Nacional.....	95
As novas desvinculações de receitas dos Estados e Municípios.....	99
Austeridade e federalismo municipal	103
O controle de constitucionalidade das leis orçamentárias.....	107
Choque de realidade e os relatórios das finanças públicas	111
Sanções contra a irresponsabilidade fiscal	115
A reforma da previdência e a LRF.....	121

A corrupção como despesa pública	125
Vêu da ignorância ou educação fiscal?	129
A função parlamentar no orçamento público e o déficit democrático	135
Indesejável guerra fiscal e a LC 160/2017	139
O Pacto Fiscal Europeu e a experiência portuguesa	145
Diretrizes orçamentárias da OCDE	151
Efeitos econômicos no orçamento público	157
Transparência fiscal e reforma da previdência	161
Shutdown e democracia orçamentária	165
Receitas variáveis e despesas correntes: uma equação furada	169
Gastos públicos na ótica da sociedade e da Constituição	173
Orçamento inflado e irreal	177
Novos municípios e a velha preguiça fiscal	181
Imprescindibilidade do planejamento dos gastos públicos	185
Contas públicas desordenadas: há luz no fim do túnel?	189
Gestão prudencial nos gastos com pessoal	193
30 anos da Constituição Financeira e Tributária	199
Rejeição do orçamento italiano e um alerta para o Brasil	205
O controle dos subsídios fiscais na realização das políticas públicas	209
O gasto com as execuções fiscais inúteis	213
Colapso nas contas estaduais	219
Desafios da inteligência artificial nas finanças públicas	223
Desmistificando a limitação de empenho	231
As promessas de campanha eleitoral presentes na Lei do Plano Plu- rianual	235
Mais um plano de equilíbrio fiscal	241
Emenda Constitucional nº 100: a certeza da impositividade orçamentária	245
Receitas insuficientes, novos impostos e as revoluções tributárias	251